

O CURRÍCULO CULTURAL: UMA ABORDAGEM PÓS-CRÍTICA

Wesley Carvalho Gonçalves¹; Joaklebio Alves da Silva²

¹Licenciando em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Formação de Professores, *Campus* Cajazeiras-PB. E-mail: wesleygon01@gmail.com;

²Doutor em Ensino de Ciências e Matemática (UFRPE) com Pós-Doutorado em Educação (UFPB). Professor Adjunto do CFP/UFCG. Cajazeiras, Paraíba, Brasil;

joaklebio.alves@professor.ufcg.edu.br

Introdução

No cerne da perspectiva pós-crítica de currículo, encontra-se dois conceitos fundamentais que justificam sua existência enquanto área de estudo e que fazem dessa abordagem diferente das outras teorias curriculares, que é a relação do “saber-poder”. Por desenvolver análises mais subjetivas, distingue-se dos padrões de pesquisa com bases epistemológicas das ciências modernas, seu campo de atuação é grande e engloba diferentes esferas, entre elas a Cultura. Nesse sentido, busca-se aqui, entender como a cultura pode se configurar num “Currículo cultural” e quais as possibilidades que este currículo oferece para o processo de ensino-aprendizagem. Evidenciando, ainda, o que Paraíso (2023) e Silva (2005) sugerem, ao dizer que o currículo se transformou num campo de disputas entre as diferentes culturas que buscam se ver representadas nos espaços formais de ensino.

Partindo da seguinte questão-problema: **Como o Currículo Cultural, fundamentado na perspectiva pós-crítica, pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas?** adotou-se como objetivo geral, refletir sobre as contribuições do Currículo Cultural, a partir da abordagem pós-crítica, considerando suas implicações para a organização curricular e para as práticas pedagógicas.

Metodologia

Este trabalho se configura enquanto um ensaio teórico que constitui um recorte da produção científica que compõe um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em desenvolvimento, do primeiro autor vinculado ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, *Campus* Cajazeiras-PB, sob orientação do Prof. Dr. Joaklebio Alves da Silva, coautor deste trabalho.

O desenvolvimento da pesquisa se deu mediante levantamento intencional e análise de produções acadêmicas, livros, artigos e documentos de natureza educacionais, que discutem o

currículo cultural e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem. Fundamentada na perspectiva pós-crítica do currículo, o estudo incorpora uma abordagem qualitativa que possibilita a discussão aprofundada das manifestações humanas e dos fenômenos sociais conforme caracteriza Tozoni-Reis (2009).

Resultados e discussões

O currículo começou a ser estudado no início do século XX, antes disso, ele era encarado apenas como uma lista de conteúdos a serem ensinados, e só depois de se tornar uma área de estudo acadêmica, ganhou a conotação a qual hoje atribuímos no campo pedagógico. No entanto, em diferentes recortes históricos, o currículo já se fazia presente, pois a prática de selecionar os saberes e conhecimentos que deveriam ser ensinados às próximas gerações, refletia diretamente no espírito de cada época (Paraíso, 2023).

De acordo com *As Teorias de Currículo*, existem três abordagens que se sucederam e que ao longo do tempo expandiram suas compreensões de acordo com os paradigmas que foram surgindo na sociedade, sendo elas, respectivamente: *As teorias Tradicionais*, *As Teorias Críticas* e *as Teorias Pós-Críticas de Currículo*.

É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. As teorias tradicionais pretendem ser apenas isso: "teorias" neutras, científicas, desinteressadas. As teorias críticas e as teorias pós-críticas, em contraste, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder (Silva, 2005, p.16).

As teorias pós-críticas, ou como também são chamadas, teorias pós-estruturalistas, tem como marcos referências a Virada Cultural e a Virada Linguística. A primeira, refere-se ao movimento que compreende a cultura como elemento central na produção de sentidos, saberes e identidades. A segunda, passou a analisar a linguagem, texto e discurso, de forma produtiva, ou seja, a linguagem não serve apenas para descrever e nomear as coisas existentes, mas para criar, dar sentido a elas, inclusive, para construir “verdades”.

“A vertente dos estudos culturais de currículo, por sua vez, se constitui em um movimento teórico multidisciplinar que investiga as diferentes culturas, colocando foco nas suas manifestações, nos seus aspectos produtivos e nas relações de poder existentes” (Paraíso, 2023, p.85). Assim, o currículo cultural se desvencilha das ideias tradicionais de currículo por ir além das delimitações do currículo prescritivo, utilizando-se de diferentes ambientes, artefatos, manifestações culturais, linguagens, expressões culturais, etc.

Desse modo, no centro das discussões pós-críticas se encontram a relação do “saber-poder”. Pois, o “currículo é dotado de uma discursividade arbitrária que determinado grupo – aquele que o pensou, selecionou, formulou e organizou – considerou mais adequado ou melhor.” (Paraíso, 2023, p. 81). O pós-estruturalismo interpela as estruturas hegemônicas e questiona suas bases através de uma nova perspectiva sobre a linguagem, cultura e identidade, uma vez que a diferença não pode ser concebida fora das produções linguísticas de significação.

“Sob a ótica dos Estudos Culturais, todo conhecimento, na medida em que se constitui num sistema de significação, é cultura. Além disso, como sistema de significação, todo conhecimento está estreitamente vinculado com relações de poder” (Silva, 2005, p. 139). Esse entendimento nos permite fazer alguns apontamentos importantes, em primeiro lugar, a Cultura como sistema de significação próprio é um potencial mobilizador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que integrado ao currículo prescritivo, pode mediar à compreensão dos educandos sobre determinadas áreas e objetos de conhecimento.

Sobre isso, a BNCC (2017) descreve que,

currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos (Brasil, 2017, p. 18).

Por outro lado, na prática não é o que acontece, tem-se que pelo fato de a Cultura estar embricada em relações de poder, as culturas que exercem menos influência em detrimento das outras, como a cultura eurocêntrica por exemplo, que é predominantemente contemplada nos currículos formais, podem comprometer o processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos pertencentes a outras culturas e influenciar na homogeneização dos povos.

Por esse motivo, o currículo se transformou em um campo de disputas, onde, cada cultura busca se ver representada (Paraíso, 2023). A cultura como parte constituinte do indivíduo não pode ser deixada de fora do processo de educação, como pedagogia, também é responsável pela formação integral e cidadã do sujeito. Nesse sentido, a cultura ganha um novo olhar, não mais como algo que deva ser apartado do processo educativo formal, mas que o complemente e que possibilite a contextualização e o desenvolvimento do pensamento crítico do educando.

Tal como a educação, as outras instâncias culturais também são pedagógicas, também têm uma “pedagogia”, também ensinam alguma coisa. Tanto a educação quanto a

cultura em geral estão envolvidas em processos de transformação da identidade e da subjetividade. Agora a equiparação está completa: através dessa perspectiva, ao mesmo tempo que a cultura em geral é vista como uma pedagogia, a pedagogia é vista como uma forma cultural. O cultural torna-se pedagógico e a pedagogia torna-se cultural. É dessa perspectiva que os processos escolares se tornam comparáveis aos processos de sistemas culturais extraescolares, como os programas de televisão ou as exposições de museus, por exemplo, para citar duas instâncias praticamente “opostas”. (Silva, 2005, p. 139).

Para Paraíso, ao “debatermos sobre quais saberes, disciplinas, conteúdos, habilidades, competências, significados, sentidos, conhecimentos, teorias, práticas, experiências, culturas queremos selecionar e ensinar é de currículo que estamos tratando” (Paraíso, 2023, p.22). Destarte, de acordo com Paraíso (2023) e Silva (2005) a cultura se configura tanto como uma “pedagogia” como também um currículo, assim, é incontestável que nos apropriemos da mesma a fim de mediar as experiências, diálogos dentro da sala de aula e de outros espaços formais de ensino.

O currículo cultural, pois, implica abraçar a diversidade, a pluralismo de ideias e as diferentes culturas presentes num mesmo espaço e território. É uma forma de resistência, luta política e contra hegemônica do currículo da dominação, que reproduz e cria desigualdades, injustiças e preconceitos em prol de manter o *status quo* e os privilégios de uma casta que sempre impôs suas vontades e sua cultura como ideais a serem seguidos por todos. O currículo cultural, vai na contramão dos despojos do currículo positivista e eurocêntrico, na busca da valorização dos conhecimentos, saberes e práticas que dão sentido na cultura de quem aprende.

Considerações finais:

Após, refletir sobre as contribuições do Currículo Cultural, a partir da abordagem pós-crítica, considerando suas implicações para a organização curricular e para as práticas pedagógicas, é possível afirmar que o Currículo Cultural, fundamentado na perspectiva pós-crítica, rompe com concepções tradicionais e tecnicistas de currículo ao compreendê-lo como uma produção cultural atravessada por relações de poder, disputas de sentidos e processos de significação. Ao reconhecer que nenhum currículo é neutro, essa abordagem evidencia que as escolhas curriculares refletem interesses, valores e visões de mundo de determinados grupos, o que impacta diretamente na formação das identidades e subjetividades dos sujeitos escolares.

Nesse sentido, compreender o currículo como campo de disputas culturais permite problematizar a hegemonia de determinados saberes, como os de matriz eurocêntrica, e abrir espaço para o reconhecimento e a valorização das múltiplas culturas presentes no contexto escolar. A incorporação da cultura como elemento constitutivo do currículo potencializa

práticas pedagógicas, na medida em que favorece a contextualização dos conhecimentos, o diálogo com as vivências dos educandos e o desenvolvimento de uma postura crítica frente às “verdades” historicamente naturalizadas no espaço educativo.

Por fim, as reflexões apresentadas indicam que o Currículo Cultural não se limita a uma proposta teórica, mas se configura como uma possibilidade concreta de transformação das práticas pedagógicas. Ao assumir a cultura como pedagogia e o currículo como prática cultural, professores e instituições educacionais são desafiados a repensar suas ações, promovendo uma educação mais democrática, plural e comprometida com a formação integral dos estudantes. Dessa forma, o currículo deixa de ser apenas um instrumento de reprodução e passa a atuar como um espaço de resistência, criação e emancipação dos sujeitos.

Palavras-chaves: Currículos; Educação; Cultura.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículos: teorias e políticas**. São Paulo: Contexto, 2023.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009. 136 p. ISBN 978-85-7638-905-7.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.